

HABEAS CORPUS Nº 548.958 - PR (2019/0358502-9)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : **HELTON JUVENCIO DA SILVA**
ADVOGADO : **HELTON JUVENCIO DA SILVA - PR050306**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**
PACIENTE : **ERIVANIO VIEIRA DOS SANTOS (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **ERIVANIO VIEIRA DOS SANTOS**, apontando como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Consta nos autos que o paciente foi preso em flagrante no dia 19/11/2019 pela suposta prática dos delitos de tráfico de drogas, associação para o tráfico e posse de arma de uso permitido (e-STJ, fls. 68-69).

Homologado o flagrante, foi convertido em prisão preventiva (e-STJ, fls. 294-299).

Pretendendo a revogação da custódia cautelar, a defesa impetrou prévio *writ*, cujo pleito liminar foi indeferido (e-STJ, fls. 33-36).

No presente *habeas corpus*, alega o impetrante que a decisão combatida apoia-se na gravidade abstrata do delito, sem fundamentar a necessidade da medida extrema ou a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão.

Aponta a desproporcionalidade da medida em razão da pequena quantidade de drogas apreendidas.

Afirma que o paciente é primário, possui residência fixa e exerce atividade autônoma de vigilante.

Aduz a ausência dos requisitos do art. 312 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a restituição imediata da liberdade do paciente, substituindo a prisão preventiva pelas medidas cautelares do art. 319 do CPP.

É o relatório.

Decido.

Esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada (Súmula 691/STF).

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PLEITO DE APRESENTAÇÃO DE MEMORIAIS ESCRITO E NO PRAZO RAZOÁVEL. ALEGADA COMPLEXIDADE DO FEITO. TEMA A SER EXAMINADO PELO JUÍZO PROCESSANTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no

sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. Na espécie, o Juízo de 1º grau, explicitamente, afastou a necessidade de apresentação das alegações finais por escrito, ao afirmar que não se tratava de feito complexo, bem como o número de acusados fora reduzido com o desmembramento da ação penal. Assim, modificar tal entendimento demandaria incursão no acervo probatório dos autos, inviável na sede eleita. Impossibilidade de superação do enunciado sumular 691/STF.

3. Por outro lado, nada impede que o Juízo Processante, ao final da instrução e pela proximidade com os fatos, possa reavaliar o pleito defensivo de apresentação de alegações finais por escrito, momento em que examinará a verdadeira complexidade do feito, lembrando-se que o cumprimento do princípio constitucional da duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII, da CF) não pode sobrepor às garantias constitucionais do cidadão no processo penal, em especial o respeito ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, LV, da CF).

4. Agravo regimental improvido."

(AgRg no HC 495.211/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe 29/03/2019, grifou-se.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO HABEAS CORPUS NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não se admite habeas corpus contra decisão denegatória de liminar proferida em outro writ na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância. Súmula n.º 691/STF.

2. No caso, não se constata ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 da Suprema Corte, tendo em vista que foi demonstrada a necessidade de manutenção da segregação cautelar, em virtude da "participação ativa do paciente na quadrilha voltada ao tráfico de entorpecentes, com a qual foi apreendida mais de 01 (uma) tonelada de cocaína, figurando o paciente na ORCRIM como piloto da aeronave".

3. Conforme orientação desta Corte, a quantidade e a natureza da droga apreendida, bem como a necessidade de se interromper as atividades de organização criminosa, são circunstâncias aptas a justificar a segregação provisória.

4. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no HC 496.205/MT, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 01/04/2019, grifou-se.)

No caso dos autos, não se verifica a ocorrência de flagrante ilegalidade no *decisum* proferido pelo Tribunal *a quo*, de modo a justificar o processamento da presente ordem.

O magistrado de primeiro grau, acompanhado pelo Desembargador Relator do *writ* originário, considerou presentes os requisitos necessários para a decretação da custódia preventiva do paciente, fundamentada na garantia da ordem pública.

Confira-se o teor das decisões:

"[...]

Quanto ao acusado ERIVANIO, o mesmo teria sido supostamente visto pelo Delegado de Polícia e demais agentes que o acompanhava na diligência entregando um invólucro ao outro acusado, bem como tendo pego uma suposta quantidade de dinheiro do referido acusado, sendo que logo mais ao ser abordado pelos agentes, foi encontrado com o mesmo grande quantia de dinheiro, que somada perfizeram a quantia de 4.060,00 (quatro mil e sessenta) reais, em diversas notas, conforme se extrai do auto de exibição e apreensão (item 1.5).

[...]

Ora, a apreensão de 34g (trinta e quatro) gramas da substância entorpecente vulgarmente conhecida como "crack" demonstra claramente o forte abalo a ordem pública, visto que os acusados estavam, em tese, traficando entorpecentes nas primeiras horas da madrugada, sendo que como depreende-se dos autos estaria, em juízo sumário, o acusado ERIVANIO se valendo de sua profissão de vigilante noturno como disfarce para prática da traficância, ao passo que o acusado ANDERSON estaria, em juízo sumário, traficando de forma reiterada em sua residência, destacando-se o aparente engendramento, em tese, entabulado pelos réus para prática delitiva, isso ante a diversidade de entorpecentes apreendidos, somada a quantia monetária e demais utensílios comumente utilizados para o beneficiamento de drogas destinadas a comercialização.

Desta feita, considerando-se as particularidades demonstradas, bem como, a demonstração sumária de que os acusados incorreriam na prática criminosa de forma permanente, isso ante os indícios encartados, imperiosa é a decretação da custódia preventiva destes como forma de obstruir a prática criminosa, consubstanciada na garantia da ordem pública.

[...]

Ainda quanto ao acusado ERIVANIO, fora apreendido com o mesmo uma arma calibre 32, de uso permitido, onde o mesmo alheou que supostamente seria de sua propriedade, demonstrando assim que o mesmo possui, em tese, grande periculosidade, bem como desdém à lei penal [...].

Destarte, os acusados demonstram, em tese, nutrir um grau de periculosidade elevada, isso na esteira destas razões, motivo pelo qual, demonstrada aparente propensão delitiva dos acusados, tornando imperiosa a decretação da prisão cautelar, como forma de garantir a ordem pública." (e-STJ, fls. 296-298)

"[...]

Vale dizer, o juízo de primeiro grau, acertadamente e de maneira fundamentada, vislumbrou especial relevância nas circunstâncias do caso concreto, em que o paciente, em tese, estaria envolvido na prática de intensa traficância, haja vista a considerável quantia de dinheiro que foi apreendida com o acusado – mais de R\$ 4.000.000 (quatro mil reais), bem assim a diversidade das drogas apreendidas – *crack* e maconha, elementos que se mostram suficientes para autorizar a segregação cautelar do acusado.

Neste contexto, a circunstância de a decisão ter feito alusão a quantidade de drogas diversa da efetivamente apreendida, por si só, não representa motivo hábil a afastar a idoneidade do decreto prisional, haja vista a presença de outros elementos para autorizar a segregação cautelar do paciente.

Logo, diversamente do que sustenta o impetrante, não há que se falar em ausência de fundamentação junto à decisão impugnada e tampouco inexistência de fundamentação idônea a justificar o decreto prisional.

Assim, ao menos por ora, em sede de cognição sumária, há que prevalecer a percepção do juízo singular a respeito da realidade dos fatos apresentados em meio à investigação." (e-STJ, fl. 35)

Assim, as questões aventadas no *writ* deverão ser inicialmente apreciadas pelo Colegiado paulista.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator